

**CONSELHO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR UNIVERSITÁRIO**

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DOS CURSOS
DE ECONOMIA**

AVALIAÇÃO DA LICENCIATURA EM ECONOMIA

DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

RELATÓRIO

ÍNDICE

ÍNDICE	2
1 - INTRODUÇÃO	4
1.1. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA	4
1.2. MÉTODO DE TRABALHO	4
1.3. BREVE COMENTÁRIO À AVALIAÇÃO EFECTUADA	5
2 - O CURSO E A SUA INSERÇÃO INSTITUCIONAL	6
2.1. GÉNESE E ENQUADRAMENTO DO CURSO	6
2.2. INSERÇÃO INSTITUCIONAL	7
3 – PROGRAMA DE ENSINO	8
3.1. OBJECTIVOS	8
3.2. ORGANIZAÇÃO	11
3.3. CONTEÚDO	13
3.4. ENSINO - APRENDIZAGEM	16
3.5. REGIMES DE FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO	17
4 – OS ESTUDANTES	19
4.1. NÚMEROS GLOBAIS	19
4.2. ACESSO DE NOVOS ESTUDANTES AO PRIMEIRO ANO	21
4.3. TAXA DE ABANDONO	23
4.4. TEMPO MÉDIO DESPENDIDO ATÉ À CONCLUSÃO DO CURSO	23
4.5. ACONSELHAMENTO AOS ESTUDANTES	24
4.6. INSERÇÃO DOS DIPLOMADOS NA VIDA ACTIVA	25
5 – RECURSOS HUMANOS	26
5.1. CORPO DOCENTE	26

5.1.1. DIMENSÃO E COMPOSIÇÃO	26
5.1.2. INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO CIENTÍFICA	29
5.1.3. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	30
5.2. PESSOAL NÃO DOCENTE	30
6 – FINANCIAMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO	31
6.1. CUSTOS DE FUNCIONAMENTO. FINANCIAMENTO	31
6.2. INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO	31
6.2.1. INSTALAÇÕES	31
6.2.2. LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	32
6.2.3. BIBLIOTECA	32
6.2.4. OUTRAS INFRA – ESTRUTURAS	33
7 – RELAÇÕES EXTERNAS	33
8 – GESTÃO DA QUALIDADE	34
8.1. GESTÃO INTERNA DA QUALIDADE	34
8.2. PROCEDIMENTOS PARA A INOVAÇÃO DO CURRÍCULO	35
9 – CONCLUSÕES	36
10 - OBSERVAÇÕES FINAIS	38
ANEXO	40

1 - INTRODUÇÃO

1.1. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

A Comissão de Avaliação Externa (CAE) na área da Economia, designada pelos Conselhos de Avaliação do Ensino Superior Universitário, compreende cinco subcomissões, é presidida pelo Professor António Simões Lopes que é coadjuvado por dois vice-presidentes, os Professores José António Girão e Alberto de Castro.

A subcomissão 2, à qual compete a avaliação da licenciatura em Economia da Universidade Évora tem a seguinte composição:

- Presidente: José António Girão
- Vogal: António Brandão
- Vogal: Jaime Reis (relator)
- Vogal: João Albino Silva
- Secretária: Rita Lages

Os Currículos resumidos dos membros desta subcomissão foram incluídos em Anexo.

1.2. MÉTODO DE TRABALHO

A metodologia geral que foi adoptada pela CAE seguiu de perto a que é proposta no Guião para a Avaliação Externa (2º ciclo) de 2000.

Deve, no entanto, registar-se que, em resultado da preocupação de conseguir um padrão de avaliação externa tanto quanto possível uniforme para os cursos em avaliação, foram adoptados os seguintes procedimentos:

- elaboração dos Termos de Referência para a Avaliação Externa dos Cursos de Graduação na Área da Economia, com o objectivo de enunciar o conjunto das matérias a apreciar na avaliação dos cursos e estabelecer uma base que confira um mínimo de homogeneidade na avaliação externa dos diferentes cursos em causa;
- posterior elaboração do esquema comum de desenvolvimento do relatório de avaliação externa.

No caso do curso em Economia da Universidade Évora a visita teve lugar nos dias 25 e 26 de Março de 2004, de acordo com o programa previamente acordado.

Uma versão preliminar do relatório respeitante à licenciatura em Economia foi concluída em 26 de Maio de 2004, tendo sido submetida pelo relator ao coordenador da subcomissão para aprovação posterior em reunião especialmente convocada para esse fim e que foi realizada em 31 de Maio de 2004. A versão definitiva do relatório foi aprovada em reunião do Presidente e Vice-Presidentes da CAE em 08 de Junho de 2004.

1.3. BREVE COMENTÁRIO À AVALIAÇÃO EFECTUADA

A avaliação externa foi efectuada tomando por base o relatório de auto-avaliação respeitante ao ano lectivo de 2002 – 2003 e com data de 9 de Janeiro de 2004.

O Relatório de Auto-Avaliação (RAA) foi elaborado por uma comissão composta pelos Profs. Fernanda Peixe, Joaquim Ramalho, João Pereira e Manuel Branco, todos do Departamento de Economia, e ainda pela Prof^ª. Palmira Lacerda, do Departamento de Gestão. Colaboraram na sua feitura os vários corpos da Universidade, incluindo os alunos, e regista-se com agrado o contributo dos empregadores de licenciados em Economia da Universidade de Évora. Destaca-se ainda o apoio da Pró-Reitoria para a Avaliação Institucional e Política de Qualidade. A Comissão de Auto-Avaliação (CAA) deparou-se porém com algumas dificuldades internas à instituição, traduzidas por baixas taxas de resposta aos

inquéritos a docentes, alunos e funcionários, e por deficiências na informação prestada pelos serviços de apoio. O RAA em parte baseia-se em anteriores exercícios de avaliação, é suficientemente informativo e revela consciência de muitos dos problemas do curso. Contém a informação indispensável ao processo de avaliação. O elenco de pontos fortes e fracos é bastante realista, embora não se avance com novas propostas para minorar algumas das fragilidades nele explicitadas. Merece elogio o esforço da monitorização do curso levada a cabo pela Universidade de Évora desde 2000 e que serviu igualmente de alicerce para o presente exercício de auto-avaliação. A Comissão de Avaliação foi recebida com cordialidade e as discussões com as Autoridades Académicas e os vários corpos da universidade decorreram de modo franco e aberto, o que permitiu numerosos esclarecimentos.

2 - O CURSO E A SUA INSERÇÃO INSTITUCIONAL

2.1. GÉNESE E ENQUADRAMENTO DO CURSO

O primeiro curso de Economia ministrado pela Universidade de Évora nasceu da separação, em 1979, da licenciatura em Ciências Sociais onde esta área era apenas uma das opções juntamente com a Sociologia e a Gestão de Empresas. A sua primeira grande reforma teve lugar em 1987, aproximando o curso de Economia pela primeira vez da formulação clássica de uma licenciatura em “Ciências Económicas”, com 10 semestres lectivos e um trabalho de fim de curso. A segunda grande reforma, datada de 1992, permitiu reduzi-lo para 4 anos, racionalizando a sua estrutura, reduzindo o peso das Ciências Sociais e da Gestão e passando as disciplinas de semestrais a anuais.

A terceira e última reforma foi aprovada em Janeiro de 2003, após uma larga colheita de opiniões dentro e fora da Universidade e um extenso debate entre todos os interessados. Confirmou-se a semestralização, a que já se havia regressado em

2001/2, e levou-se a cabo uma marcada actualização curricular. Introduziu-se um significativo elemento de liberdade de escolha nas matérias a estudar após a formação de base, reduziu-se a carga lectiva a fim de fomentar o estudo pessoal, e promoveu-se a aquisição de instrumentos de trabalho importantes, como as línguas estrangeiras, a informática e as aptidões para a comunicação e o trabalho em equipa. Estas escolhas surgiram em reacção a vários desafios que se vinham colocando. Um deles foi a rápida evolução dos conhecimentos nesta área do saber. O segundo foi a necessidade sentida de se preparar para a integração no movimento europeu visando a harmonização dos sistemas de ensino superior. O terceiro foi a pressão das exigências sentidas no mercado de trabalho. O quarto elemento desta visão estratégica, que se pode designar por “regionalista”, contrapõe-se ao carácter essencialmente “generalista” dado ao curso e corresponde à preocupação em apetrechar os alunos com conhecimentos orientados para questões ligadas ao desenvolvimento da região envolvente. A Comissão sentiu algumas dúvidas quanto a esta última opção, por considerar que, neste contexto, a prioridade devia contemplar uma preparação mais virada para as necessidades dos mercados de trabalho nacional e internacional.

2.2. INSERÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade de Évora, que dá guarida ao curso de Economia em apreço, foi fundada em 1537 e esteve em actividade contínua até à expulsão dos Jesuítas em 1759. Em 1973, reiniciou a actividade, como Instituto Universitário, e, em 1979, voltou de novo a ser Universidade. Na actualidade, oferece 37 licenciaturas, nas Ciências Puras e Aplicadas, Humanidades e Ciências Sociais, para além de 35 Mestrados, 26 Pós-Graduações e 40 áreas de Doutoramento. A Universidade conta com 618 docentes e 398 funcionários não-docentes e acolhe 7.913 estudantes, dos quais se licenciam em média 480 em cada ano. O número total de vagas por ano é de cerca de 1.120. Tem ao todo 23 departamentos organizados em 5 áreas departamentais.

Tal como os demais, o curso de Economia insere-se numa estrutura que é peculiar a esta Universidade, sendo gerido conjuntamente por mais de um departamento – neste caso, Economia e Gestão – através de uma Comissão de Curso onde ambos estão representados. Durante a visita pareceu consensual que este sistema, embora possa fomentar a inter-disciplinaridade, não está a contribuir para a eficiência da coordenação científico-pedagógica desta licenciatura, antes sendo-lhe atribuída por alguns uma diluição prejudicial de responsabilidades e uma tensão desnecessária entre os departamentos intervenientes. Nesta óptica, a situação é agravada por duas outras circunstâncias. Por um lado, a representação dos estudantes do curso nos órgãos da Universidade é insuficiente visto haver um só representante do mesmo no Conselho Pedagógico da Universidade, faltando por conseguinte uma estrutura paralela, a nível inferior, com representantes dos diversos anos de Economia e do respectivo corpo docente, para discutir apenas os problemas do curso. Isto pareceu inibitório de um cabal esclarecimento de muitas questões relevantes. Por outro lado, a Comissão foi informada de que o departamento de Economia, como os demais da Universidade, não tem autonomia financeira, o que conjugado com uma pronunciada lentidão nas decisões centrais a este nível, dificulta o planeamento da actividade científico-pedagógica e tende a asfixiar algumas iniciativas.

3 – PROGRAMA DE ENSINO

3.1. OBJECTIVOS

O curso de Economia da Universidade de Évora encontra-se de momento em fase de transição entre a versão aprovada em 1992, com alterações em 2001/2, e a versão aprovada em Janeiro de 2003 e entrada em vigor em 2003/4. Foi dada a opção aos alunos matriculados antes de 2003/4 de permanecerem no plano curricular anterior ou de transitarem para o novo, sendo que ambas as soluções tiveram os seus aderentes. Durante o ano-objecto da avaliação apenas esteve em vigor o primeiro plano curricular (adiante designado por “plano actual”) e

efectivamente, na sua dimensão quantitativa, é esse que o RAA foca principalmente. Pareceu oportuno, contudo, prestar séria atenção igualmente às mudanças entretanto ocorridas neste domínio, tanto mais que o RAA também se debruça abundantemente sobre elas, assim como pelo facto de ser o plano de 2003 (que se passa a designar por “novo plano”) o que passou a vigorar para a maioria dos alunos que seguem de momento este curso e se tornou obrigatório para todos os que doravante sejam nele admitidos. A Comissão faz notar, no entanto, que lhe foi dado observar apenas muito parcialmente os resultados da implementação deste novo plano de estudos, pelo que um juízo bem fundamentado sobre estes poderá ter de aguardar, nalguns casos, por melhor oportunidade.

A “nova” licenciatura em Economia resultante da reforma de 2003 representa um avanço importante em relação ao que se praticou a este respeito na Universidade de Évora durante a década antecedente. Em ambos, no entanto, estamos perante estruturas curriculares possuidoras de um bom nível de exigência (para as épocas respectivas), fortemente focadas na componente de matérias económicas, sem prejuízo dos Métodos Quantitativos, da Gestão e de um elemento complementar de Ciências Sociais, tudo em acordo com o figurino contemporâneo do que se esperava para estes tipo de cursos. Em relação a qualquer deles não seria incorrecto considerá-los como bons programas universitários, com objectivos claros e exequíveis. No que toca ao de 1992, deve-se notar que se segue o modelo de 4 anos, divididos em semestres para fins de leccionação e avaliação, e sem trabalho de fim de curso. Peca, no entanto, por uma carga horária excessiva, uma elevada rigidez no seu plano de estudos – poucas optativas (4,5% das unidades de crédito) e áreas de especialidade demasiado estreitas – e por dificilmente poder acompanhar as novas concepções do que deve ser uma formação em Economia (um peso excessivo de disciplinas aplicadas e uma menor atenção para as matérias teóricas). Sobretudo, não pode constituir o veículo apropriado para acompanhar as grandes transformações do ensino superior que se avizinham no espaço europeu.

Em termos gerais, este “novo” curso tem por objectivo declarado preparar licenciados para uma Sociedade de Informação, globalizada e em rápida mutação, onde a procura de recursos humanos qualificados e aptos é determinada por um

mercado em que os conhecimentos e competências são cada vez mais valorizados. Os seus objectivos (do “plano novo”) são claros, estão bem formulados e consideram-se actualizados à luz do que se considera desejável para uma licenciatura em Economia. Estão claramente internalizados pelo corpo docente, mas talvez menos pelo discente, parte do qual resolveu optar em 2003/4 pelo “plano actual”. São eles:

- prestar uma sólida formação teórica que permita compreender de forma aprofundada os fenómenos económicos em todas as suas vertentes
- facultar a aquisição dos instrumentos auxiliares necessários à análise dessa realidade, designadamente métodos quantitativos e informáticos
- gerar uma capacidade de trabalho autónomo, individual ou colectivo, e aptidões para a comunicação oral e escrita, inclusive em língua inglesa
- ministrar um conjunto de conhecimentos essencialmente aplicados à realidade empresarial, destino privilegiado da maioria destes licenciados
- promover um bom grau de adaptabilidade à mudança e de disponibilidade para acumular novos conhecimentos e instrumentos de trabalho
- fomentar uma sensibilidade ao enquadramento mais vasto em que se inserem os fenómenos económicos e um sentido de responsabilidade social
- colocar o curso em posição em que seja relativamente fácil efectuar a transição resultante da adopção por Portugal do projecto de Bolonha.

A Comissão considerou o elenco disciplinar correcto, mas sentiu que, atendendo à carga do curso e à qualidade e empenhamento dos actuais alunos, poderá haver algum desajustamento na capacidade de o concretizar. Com efeito parece excessivo esperar que os alunos consigam uma boa familiaridade com os vários fundamentos paradigmáticos da Ciência Económica estudada, assim como uma capacidade de avaliação crítica da literatura recente nas áreas de especialização de cada um.

3.2. ORGANIZAÇÃO

O desenho do “plano novo”, no essencial, parece servir a prossecução destes objectivos e fá-lo de uma forma certamente muito mais satisfatória do que acontecia com o “plano actual”. O conjunto das disciplinas divide-se em dois blocos distintos, respectivamente de três e um ano, que poderão servir (e são assim de facto concebidos) de base para uma transição sem sobressalto, no futuro, para um dos dois esquemas contemplados no projecto de Bolonha. Contribuirá igualmente para este resultado a adopção, já efectuada, do sistema de créditos ECTS. O primeiro destes blocos, na sua sequência cronológica, fornece correctamente a preparação de base da licenciatura, consistindo principalmente em disciplinas de teoria económica, métodos quantitativos e história do pensamento económico, esta última já como ‘disciplina de cúpula’, no 3º ano. O segundo bloco, leccionado no 4º ano, permite ao aluno escolher um número de cadeiras de especialidade, de entre um vasto leque (42 ao todo) de possibilidades, agrupadas em dois conjuntos – G1 e G2. Possibilita-se assim a cada um definir o seu percurso individual preferido e apontar para um caminho futuro de inserção profissional, o que se espera aumente a motivação do corpo discente.

As cadeiras do 1º grupo são principalmente de Economia e, de entre elas, o aluno escolherá pelo menos 7 do total de 10 que constituem esta componente de optativas equivalente a um quarto dos créditos do curso, o que traduz, por consequência, uma apreciável melhoria de flexibilidade relativamente ao plano de 1992. As três restantes cadeiras optativas são escolhidas de entre as restantes do grupo G1 ou então de entre as 21 que compõem o grupo G2, de composição disciplinar muito variada. O resultado é uma licenciatura de “banda larga”, com uma orientação final profissionalizante, a que se acrescentam ao longo do curso uma série de módulos obrigatórios, que conferem competências em informática, de língua inglesa e de elementos de Direito, tidos por essenciais para a vida profissional, tanto por alunos como por empregadores.

O “plano novo” pouco altera aos pesos das áreas científicas por comparação com o “actual”, o que parece aceitável. Em contrapartida, demonstra preocupação com a actualização científica das cadeiras onde necessário, procura melhorar a sequência das matérias ao longo do curso, e, nalguns casos, procura uma melhor adequação das mesmas ao objectivo de formar economistas. A reorientação das Matemáticas no sentido de uma maior ênfase em aspectos aplicados à Economia e Gestão e a alteração do elenco das cadeiras obrigatórias de Gestão merecem aqui destaque. A incorporação de um elemento de formação cultural e humanístico é tentada mediante a cadeira de Elementos de Sociologia.

Embora a vários títulos meritório, a Comissão notou algumas fragilidades neste plano de estudos (“novo”) cuja correcção poderia incrementar-lhe a eficácia, a saber:

- nem sempre são claros os critérios que presidiram à aglutinação das cadeiras do grupo G1 nas cinco áreas de pré-especialização em que estão organizadas, nem qual a real utilidade desta organização
- a falta de uma cadeira no 4º ano de integração de conhecimentos constitui uma lacuna que deve ser preenchida por meio de algo como um Seminário de Economia Aplicada, talvez em associação com uma das cinco áreas de pré-especialização
- a colocação no 2º ano da cadeira de Economia Portuguesa porventura é pedagogicamente prematura, devendo ser avançada para um ano mais avançado
- previsivelmente, a coerência do “novo plano” é afectada pela ausência de um regime de precedências o que permite, por exemplo, que alunos do 3º e 4º ano não tenham ainda feito cadeiras de Introdução (1º ano). Isto merece ponderação e exige a rápida introdução de um sistema desta natureza
- os módulos obrigatórios de inglês deveriam ser reforçados por uma intervenção adicional no 4º ano sob pena de se diluir a competência

entretanto adquirida, no momento crucial da entrada para o mercado de trabalho

- estranha-se a exclusão da cadeira de História Económica (que existe no “curso actual”) num curso desta natureza, embora se entenda a utilidade da cadeira de Elementos de Sociologia, defendendo-se portanto a adopção das duas em simultâneo, dado o relevo dado no RAA à componente cultural e humanística da Licenciatura
- não é perceptível a vantagem que advém da atribuição de créditos às disciplinas de línguas, informática e metodologias de estudo, dada a sua natureza puramente instrumental e acessória, sugerindo-se que a aprovação nas mesmas seja meramente por satisfação de requisitos mínimos.
- atendendo ao eventual nicho de mercado que esta Licenciatura poderá servir na região dividida pela fronteira luso-espanhola, poderá ter interesse promover o estudo do espanhol, deste modo reconhecendo o seu interesse potencial.

3.3. CONTEÚDO

A licenciatura em Economia tem a duração prevista, em regime integral, de quatro anos, a que corresponde um total de cerca de 240 unidades de crédito (ECTS) e de 2300 horas de leccionação. Em condições normais, cada aluno deverá inscrever-se, por semestre, em cinco cadeiras e em 1 a 2 cursos intensivos e breves, o que parece excessivo. Frequentará entre 19,5 e 23,0 horas de aulas semanais, excepto no 4º ano em que a carga será aproximadamente de 15 horas, o que é positivo e atinge o objectivo de aliviar no 4º ano a carga lectiva, a fim de permitir um maior esforço de trabalho individual. No todo, isto perfaz, para além de sete módulos, cerca de 40 cadeiras distribuídos por três grupos - obrigatórias (30 cadeiras), optativas do grupo G1 (mínimo de 7 cadeiras) e optativas do grupo G2 (máximo de 3 cadeiras) – o que

se traduz num peso relativo aceitável de um quarto para optativas e três quartos para obrigatórias.

A importância relativa das áreas científicas em termos de cadeiras obrigatórias é, como se depreende da tabela seguinte, de 65,0% para a Economia (incluindo 2 cadeiras de Econometria), 12,2% para Métodos Quantitativos, 12,8% para a Gestão, 2,2% para as Ciências Sociais e 7,8% para Outras Áreas (incluindo Direito, Línguas e Ciências da Educação). Não é possível reproduzir este cálculo no caso das optativas, que representam 25% da carga do curso. Esta distribuição é aceitável e corresponde aos objectivos proclamados, pois além dum peso superior a metade para a Economia, atribui uma presença significativa aos Métodos Quantitativos. As Ciências Sociais vêem-se reduzidas a um peso de quase metade comparando com o “plano actual” (1992), o que poderá merecer nova ponderação face às intenções anunciadas pelo RAA neste domínio. Poder-se-á questionar igualmente se, atendendo às preocupações actuais dos alunos relativamente à empregabilidade, a componente de Gestão não deverá ser revista no sentido de um aumento do seu peso, embora se reconheça que as optativas possam ter aqui um efeito compensatório.

Peso das disciplinas das diferentes áreas científicas expresso em percentagem da escolaridade total (“plano novo”)

Áreas Científicas	Disciplinas Obrigatórias		Disciplinas Optativas
	ECTS	Percentagem	ECTS
ECONOMIA*, da qual:	117	65,0	
Microeconomia	18	10,0	
Macroeconomia	18	10,0	
Ec. Internacional	6	3,3	
Ec. Monetária	6	3,3	
Ec. Pública	5	2,8	
Ec. do Desenvolvimento	10	5,6	
Ec. Aplicada e Política Económica	16	8,9	
GESTÃO E CONTABILIDADES	23	12,8	
MATEMÁTICA, INFORMÁTICA E COMPUTAÇÃO	22	12,2	
OUTRAS CIÊNCIAS SOCIAIS	4	2,2	
OUTRAS ÁREAS CIÊNTÍFICAS	12	7,8	
Total	180	100	60

*inclui Econometria e ainda outras disciplinas dificilmente enquadráveis na categorização do quadro

3.4. ENSINO - APRENDIZAGEM

O ensino realiza-se por meio de três tipos de aulas, de acordo com uma distribuição ao longo do curso e por matérias que se julgam razoáveis em termos pedagógicos. No segmento das disciplinas obrigatórias, as teóricas ocupam 47,4% do tempo lectivo total, em conjugação com as práticas, que preenchem 28,5% do tempo. As aulas teórico-práticas correspondem a 24,1% do tempo (ver tabela que se segue). Esta distribuição é surpreendente, no entanto, porque se mantém bastante estável ao longo do curso, não se observando a evolução no tempo do binómio teóricas/práticas para o regime de teórico-práticas nas cadeiras mais aplicadas e com uma frequência menor de alunos, como seria de esperar. Os horários não estão bem distribuídos, pois não permitem aos alunos concentrarem suficientemente as suas aulas, ou de manhã, ou de tarde. Acrescente-se que as aulas estão dispersas por 3 edifícios não-contíguos (Colégio do Espírito Santo, Casa Cordovil e Palácio do Vimioso), o que decerto não contribui para um uso eficiente do tempo dos estudantes. A carga horária é algo excessiva em alguns semestres, em consonância aliás com o número excessivo de disciplinas exigidas em geral, sendo de louvar no entanto que no 4º ano o tempo livre para trabalhos e estudo individuais seja amplo.

Os docentes prestam um apoio satisfatório aos alunos, dentro e fora das aulas, na opinião largamente maioritária do corpo estudantil. A assiduidade dos docentes em geral é boa. Nota-se, contudo, em algumas cadeiras, um número não desprezível de faltas, que deveria ser evitado por meio de substituição por colegas, o que se recomenda. Em consequência de resultados de avaliação nem sempre satisfatórios, constitui uma preocupação importante de todos os intervenientes no curso a sua melhoria pedagógica. Isto tem passado por acções de formação pedagógica, que não foi possível quantificar, e, no caso das disciplinas de Métodos Quantitativos, por uma melhor adequação do seu conteúdo às necessidades específicas da Licenciatura. A capacidade de expressão dos alunos é fomentada pelas numerosas cadeiras em que a avaliação é baseada, pelo menos parcialmente, em trabalhos escritos e orais. Não é exigida dos alunos a frequência de um estágio final de curso, embora o Departamento se esforce por uma intensificação desta actividade, com o

apoio do Núcleo de Apoio ao Estudante, junto da Reitoria. Aquando da visita de avaliação o número de estágios era ainda muito reduzido.

O “novo plano” de estudos prevê, como inovações significativas a introdução da figura do Tutor, para apoiar cada aluno no seu percurso escolar, e a de cursos intensivos breves, que são obrigatórios e servem para o ensino de matérias auxiliares, como as línguas e a informática. A Comissão recomenda uma especial atenção aos resultados neste domínio, potencialmente tão útil, registando que, por ocasião da sua visita, o corpo docente parecia ignorar, ou pelo menos não valorizar, a primeira destas reformas.

O absentismo estudantil é elevado, na observação de muitos docentes, embora não de todos, e tem repercussões obviamente negativas. Merece concordância também por parte dos alunos e deverá suscitar medidas correctoras, visto que da sua atenuação depende uma melhoria muito necessária do aproveitamento escolar (ver 3.5).

Distribuição por tipos de aulas (só cadeiras obrigatórias, 6 semestres).

Tipo de Aula	N.º de Horas Semanais	Percentagem
Teóricas	59,0	47,4
Práticas	35,5	28,5
Teórico-práticas	30,0	24,1
Total	124,5	100,0

3.5. REGIMES DE FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO

As regras e métodos de avaliação actuais pautam-se pelo disposto no Capítulo IV (Regime Geral de Avaliação) do Regime Escolar Interno aprovado em Setembro de

2003 e inserido no Anexo 2 do RAA. Trata-se de um sistema descentralizado, com uma grande variedade de procedimentos, que são decididos por cada equipa docente. Estes distribuem-se por duas possibilidades – avaliação contínua e avaliação por exame final – privilegiando-se a primeira por indicação do regulamento. A informação não é clara sobre este ponto, mas parece existir um elevado número de cadeiras em que não é efectuada uma avaliação que incida sobre a totalidade da matéria dada. A ser assim, tratar-se-á claramente de uma situação que deve ser evitada pedagogicamente. Está previsto um mecanismo de revisão de provas, não havendo possibilidade regulamentar de recurso para instâncias superiores à equipa docente responsável. Detectaram-se, durante a visita, alguns sinais de mal-estar neste campo, sendo de notar, no inquérito aos alunos, um certo número de cadeiras em que a percepção quanto “à equidade da atribuição das classificações” era bastante inferior à que vigorou para a média do curso. O regime de prescrições está neste momento suspenso.

A tabela seguinte contém dados relativos às taxas de aprovação mínima, média e máxima nas diferentes disciplinas. A Comissão observou que:

- a discrepância acentuada entre o número de alunos inscritos e o de avaliados sugere que uma faixa significativa de alunos não participa na actividade escolar com consistência. Isto pode estar relacionado com a presença de estudantes que dividem o seu tempo entre o estudo e o trabalho remunerado, mas parece ser sobretudo atribuível a problemas pedagógicos diversos. Entre estes, assinalam-se o elevado absentismo estudantil, a falta de preparação prévia adequada para o curso por parte dos novos alunos do 1º ano, concomitantemente com uma percentagem bastante significativa de alunos em escalões etários atípicos, e conteúdos programáticos desajustados
- são impressionantes as elevadas taxas de reprovação em certas cadeiras, a sugerir que, pelo menos durante o ano-objecto, tiveram pouco impacto as providências, descritas no RAA, para melhorar o aproveitamento em disciplinas problemáticas. A incidência deste problema é maior nas

cadeiras básicas dos primeiros anos, mas faz-se sentir em cerca de um terço de todas as cadeiras do curso, uma situação a exigir que os esforços de melhoramento sejam redobrados.

Taxas de aprovação nas disciplinas

	Al. Aprovados/Al. Avaliados			Al. Aprovados/Al. Inscritos		
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.
1º Ano	27,7% - Introd. Econ.I	62,8%	87,8% - Matemática II	14,1% - Matemática I	33,0%	60,8% - História dos Factos Económicos
2º Ano	45,0% - Estatística I	65,7%	81,3% - Direito Económico	30,1% - Estatística I	39,5%	57,7% - Finanças Públicas
3º Ano	57,6% - Econ Monet. e Financeira	79,2%	92,9% - Ec. Internacional I	31,0% - Inv. Operacional II	56,8%	80,0% - Economia Monetária e Financeira II
4º Ano	75,0% - Elaboração e Analise de Projectos II	87,6%	100,0% - Instituições e Direito da União Europeia	41,8% - Elaboração e Análise de Projectos II	67,9%	92,8% - Economia e Política da União Europeia

4 – OS ESTUDANTES

4.1. NÚMEROS GLOBAIS

A distribuição dos estudantes matriculados por ano de curso está patenteada na Tabela seguinte, notando-se um claro equilíbrio entre homens (49,2%) e mulheres (50,8%), e um aumento muito grande dos efectivos no 1º e 4º ano relativamente aos

anos intermédios. Para além duma presença apreciável nesta população de estudantes que trabalham, isto deverá ser causado pelo fraco aproveitamento em certas disciplinas acima aludido, que trava a progressão no 1º ano, e, depois, em virtude da falta de um regime de precedências, causa uma aglomeração à saída da licenciatura de estudantes a quem ainda falta completar o elenco de disciplinas exigidas.

Distribuição dos estudantes matriculados por ano de curso.

Ano do Curso	H	M	Total	Percentagem
1º Ano	100	62	162	35,9
2º Ano	35	35	70	15,5
3º Ano	33	28	61	13,6
4º Ano	61	97	158	35,0
Total	229	222	451	100

A análise da distribuição por idades dos alunos matriculados no curso (ver Tabela seguinte) revela que o curso é frequentado por um número significativo de indivíduos mais velhos do que seria de esperar numa instituição universitária dedicada à formação de jovens para a vida profissional. Mais de metade (51,2%) dos alunos têm mais de 23 anos de idade e, no 2º ano, três quartos (75,7%) tinham já mais de 20 anos, o que parece excessivo e denota um atraso bastante generalizado na prossecução normal (4 anos) da formação por parte dos estudantes. (ver abaixo tabela - Distribuição do tempo despendido pelos estudantes até à conclusão do curso).

Distribuição da idade dos estudantes matriculados no curso

Idade	Número	Percentagem
≤18	8	1,8
19	20	4,4
20	38	8,4
21	39	8,6
22	59	13,1
23	56	12,4
24	67	14,9
25-29	108	23,9
30-44	48	10,6
45-60	8	1,8
> 60	0	0
Total	451	100

4.2. ACESSO DE NOVOS ESTUDANTES AO PRIMEIRO ANO

A selecção dos novos alunos é feita por uma nota de candidatura em que a classificação final do Ensino Secundário e a classificação nas provas de ingresso entram respectivamente com 65% e 35%. A prova de ingresso no ano-objecto foi somente em Matemática, o que se considera correcto para um curso com estas características e preferível ao regime previsto para 2004, que permitirá a escolha entre a Matemática e a Economia. As classificações mínimas permitidas são: 100 pontos para a Nota de Candidatura e 45 pontos para a Prova de Ingresso.

À semelhança de outras escolas, a Universidade de Évora experimentou um declínio marcado nas candidaturas ao seu curso de Economia durante o quinquénio 1998/9 a 2002/3, que sofreram uma quebra de 42% (ver tabela que se segue). O número de ingressos acompanhou este declínio, tendo passado de 72 para 41 alunos no mesmo período. A percentagem dos admitidos em 1ª opção revela uma fraca apetência inicial pelo curso, pois mais de metade (54,8%) deste grupo colocou uma outra Universidade acima da de Évora na sua lista de preferências. As notas dos candidatos pelo Concurso Geral de Acesso tão pouco foram de índole a entusiasmar. Apenas 5,5% superaram o patamar dos 14,5 valores, enquanto 44,4% ficaram abaixo dos 11,4 valores. Um factor que revela ainda com maior clareza a fraca preparação destes candidatos para o curso em questão é a sua nota em Matemática, dado o relevo desta disciplina num curso universitário de Economia. Para 69,4% deles, esta ficou na zona negativa, abaixo dos 9,5 valores, um resultado bastante gravoso deste ponto de vista. Por último, sublinhe-se que dos 57 novos alunos no ano lectivo 2002/3, apenas 36 ingressaram na Universidade através do Concurso Geral de Acesso.

A Comissão constatou que existe alguma sensibilidade para este problema. Esta traduziu-se somente em 2003, pela primeira vez, em iniciativas de divulgação da licenciatura junto de escolas, pais e alunos da região, e pela realização de um Dia Aberto, na expectativa de atrair mais e melhores candidatos. É prematuro ainda julgar qual o efeito desta tentativa. No entanto e ao contrário do padrão habitual, registe-se a dispersão que caracteriza as origens geográficas dos alunos que Évora consegue atrair, o que parece indicar que o mercado de recrutamento desta Universidade em Economia se situa entre os alunos mais fracos e de maior idade, independentemente da sua origem.

Número de candidatos

Anos Lectivos	N.º de Candidatos	N.º de Ingressos
1998/99	370	72
1999/00	415	74
2000/01	338	75
2001/02	222	52
2002/03	215	41

4.3. TAXA DE ABANDONO

Não existe informação disponível que permita efectuar este cálculo.

4.4. TEMPO MÉDIO DESPENDIDO ATÉ À CONCLUSÃO DO CURSO

A tabela seguinte apresenta a distribuição do tempo despendido para obter o grau de licenciatura em Economia no período 1998-2003, uma vez que escasseia a informação em relação ao ano-objecto. Da sua análise depreende-se que apenas cerca de um quarto apenas dos alunos completa os seus estudos num tempo “normal” e que um quinto leva sete anos ou mais para o fazer. De notar ainda que em 2001/2, os 40 licenciados que nele completaram o curso em 4 anos representavam apenas 55,5% do número que entrou para a Universidade de Évora 4 anos antes (em 1998). Estes são resultados inferiores ao desejável e não podem deixar de se repercutir negativamente nos custos por licenciado, sendo igualmente responsáveis pela idade média relativamente elevada dos alunos do curso. A

ausência de prescrições em casos como este não contribui certamente para a resolução do problema.

**Distribuição do tempo despendido pelos estudantes até à conclusão do curso
(média de 1998/2003)**

n (Duração normal do curso)	n + 1	n + 2	≥ (n + 3)
24,3%	39,1%	16,5%	20,0%

4.5. ACONSELHAMENTO AOS ESTUDANTES

As estruturas formais de aconselhamento dos alunos estão englobadas em duas estruturas. Uma, o Centro de Intervenção Psicológica, que se ocupa de problemas que os estudantes possam ter neste foro específico. A outra, o Núcleo de Apoio ao Estudante, funciona junto da Reitoria e presta serviços aos alunos em termos de estágios, bolsas e saídas profissionais. Merece atenção o facto de entre os licenciados inquiridos pela Pró-Reitoria para a Avaliação e formados nos últimos cinco anos, apenas 14,1% ter encontrado o seu primeiro emprego através deste gabinete. Talvez por este motivo, o próprio Departamento de Economia iniciou um Programa de Estágios e Saídas Profissionais (Qualipar) em 2002/3, com o mesmo objectivo, e que procura funcionar como uma bolsa de emprego para estudantes no fim do curso e para licenciados. É cedo ainda evidentemente para se chegar a alguma conclusão quanto à eficiência desta última estrutura, apenas se podendo observar que o seu efeito em termos de estágios até à data tem sido modesto, o que não surpreende.

4.6. INSERÇÃO DOS DIPLOMADOS NA VIDA ACTIVA

Um inquérito postal levado a cabo em 2003 para aferir da empregabilidade dos licenciados em Economia pela Universidade de Évora fornece pistas sobre este tópico. Os dados obtidos são relativamente fiáveis na medida em que cobrem 41% dos licenciados saídos entre 1998/9 e 2002/3. A informação contém no entanto várias ambiguidades. Entre os desempregados, não permite distinguir entre os que já estiveram empregados e estão correntemente à procura de emprego e os que nunca tiveram qualquer ocupação até à ocasião do inquérito. Não se percebe qual a diferença entre licenciados “ainda desempregados” e os simplesmente “desempregados” (tabela 12 do RAA). A categoria de “empregados antes da conclusão do curso” não permite entender se a conclusão do curso acarretou para estes alguma melhoria na sua situação profissional prévia. A soma dos empregados com os desempregados não dá um valor igual ao dos licenciados inquiridos. Com estas reservas, verifica-se que o número de desempregados, nestes anos, totaliza cerca de 10%, o que parece algo um tanto elevado. Os restantes 87% obtiveram emprego até ao fim do 1º semestre posterior à conclusão do curso e um pequeno número remanescente conseguiu-o durante o semestre seguinte. Um pouco mais de 70% destes licenciados considerou que o curso os preparou pelo menos suficientemente para a vida profissional. A esmagadora maioria dos licenciados são trabalhadores empregados por conta de outrem e cerca de metade já mudou de emprego pela menos uma vez. Os principais sectores empregadores são as empresas não-financeiras (38%), a banca (29%) e a administração pública (18%), encontrando-se metade do total dos licenciados empregados nos distritos de Lisboa e Évora.

5 – RECURSOS HUMANOS

5.1. CORPO DOCENTE

5.1.1. DIMENSÃO E COMPOSIÇÃO

Os três objectivos que devem orientar a gestão do corpo docente são o incremento da sua qualidade, mediante o encorajamento ao doutoramento e à agregação, a aproximação a uma situação de tempo integral, e uma maior ênfase na investigação. A tabela seguinte mostra que o primeiro destes objectivos está a ser atingido na medida em que dois terços dos docentes do curso de Economia têm o doutoramento e que, nos departamentos de Economia e Gestão, que maior contributo lhe dão, se fizeram 17 doutoramentos entre 1998 e 2002, dos quais 8 em Economia em universidades estrangeiras, prevendo-se que esta proporção venha ainda a aumentar. No caso do Departamento de Economia, dois terços dos seus docentes possuem o grau de doutor. A tabela - Distribuição do corpo docente segundo o grau de dedicação à escola evidencia um elevado sucesso quanto ao grau de dedicação à escola deste corpo docente, em que menos de 12% dos seus efectivos se encontram em tempo parcial. O terceiro destes aspectos é tratado em 5.1.2. No geral, o corpo docente parece motivado e preocupado com a melhoria e eficiência do curso.

Qualificação académica do corpo docente

Títulos e graus académicos	Número	Percentagem
Agregação	4	7,2
Doutoramento	27	48,2
Mestrado	14	25,0
Licenciatura	11	19,6
Total	56	100,0

Distribuição dos docentes por categorias

Categorias	Número	Percentagem
Professor catedrático	4	7,1
Professor associado	9	16,1
Professor auxiliar	18	32,1
Assistente	23	41,1
Assistente estagiário	2	3,6
Total	56	100,0

Considerando as categorias académicas dos professores (ver tabela acima), constata-se que, nesta óptica, a composição do corpo docente parece adequada às necessidades pois o número de professores doutorados é quase igual ao das cadeiras obrigatórias leccionadas. Nesta medida, causa alguma surpresa o facto de 8 cadeiras do elenco do curso estarem confiadas a assistentes, ou a assistentes convidados, em particular as de Estatística I e II, que constituem situações de uma certa sensibilidade no contexto desta Licenciatura. A proporção bastante elevada da

categoria de professores auxiliares no total dos docentes deve ser notada, embora de momento não constitua motivo de preocupação, uma vez que estes são relativamente jovens, a denotar apenas a normal evolução de um departamento em expansão e melhoria de qualidade. Numa óptica de médio prazo, porém, a Comissão considera que uma estratégia para a progressão na carreira deve ser claramente delineada de forma a absorver e encorajar convenientemente estes recursos humanos. Poderá, por outro lado, causar alguma estranheza que o recurso a pessoal “convocado” seja relativamente significativo (12,5%), devendo-se considerar a prazo a possibilidade de corrigir esta situação para valores mais baixos, sem prejuízo de manter este tipo de colaboração sempre que seja entendida como necessária e traga verdadeiro valor acrescentado. A distribuição etária revelada pela tabela - Distribuição do corpo docente segundo a idade é bastante satisfatória, dado que a esmagadora maioria dos docentes têm menos de 50 anos e 30% têm menos de 35 anos. A proporção de docentes em regime de dedicação integral é de 89%, o que também é positivo para o funcionamento do curso e deve ser mantido, sobretudo numa perspectiva de uma maior e melhor produção científica.

Distribuição do corpo docente segundo o grau de dedicação à escola

Categorias	Tempo integral	dos quais convidados	Tempo parcial
Professor catedrático	4	0	0
Professor associado	9	0	0
Professor auxiliar	18	0	0
Assistente	17	5	6
Assistente estagiário	2	0	0
Total	50	5	6

Distribuição do corpo docente segundo a idade

Idades	Número	Percentagem
≤ 35 anos	17	30,4
36-49 anos	34	60,7
≥ 50 anos	5	8,9
Total	56	100

5.1.2. INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO CIENTÍFICA

A maioria dos docentes declara ter alguma actividade de investigação, mas as fichas de docente contidas no RAA não permitem aprofundar quantitativamente este aspecto. A lista de publicações do corpo docente esclarece que, desde 1998, cerca de um terço dos professores do Departamento de Economia têm publicado em revistas internacionais de bom nível, o que é de louvar e se deve procurar manter e dilatar, embora a Comissão sinta que seria obviamente desejável que este esforço estivesse menos concentrado em termos de autores. Um conjunto bastante mais alargado de docentes produziu, durante o mesmo período, duas vezes mais artigos para publicação em revistas nacionais, o que é também apreciável embora o nível de exigência neste caso esteja longe de ser o mesmo. Por outro lado, cerca de 30% não publicou qualquer trabalho científico durante o período 1998-2003. Deve-se salientar ainda uma produção apreciável de textos didácticos de apoio em várias áreas. A recém-criada série de Working Papers em Economia, com 13 números saídos em 2003, é um sinal de uma certa pujança da actividade científica.

A despeito de toda esta actividade sublinha-se que não existe um centro de investigação que enquadre, como seria desejável e estimulador, os membros do

Departamento de Economia, fazendo-se uma recomendação nesse sentido. Doutro modo, persistirá a actual dispersão de parte da investigação realizada por outros centros da Universidade de Évora e mesmo exteriores a ela, inclusive no estrangeiro.

5.1.3. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Existe um esforço relativamente recente mas bem estruturado para realizar inquéritos pedagógicos sistemáticos a propósito dos docentes junto da população discente, cujos resultados são cruciais para a resolução das várias questões pedagógicas. Por ora, a adesão por parte dos estudantes parece ser algo limitada, não sendo claro tão pouco quais possam ter sido ou venham a ser os resultados práticos destas avaliações em termos de progressão dos docentes na carreira. De qualquer modo, tem havido acções de formação pedagógica levadas a cabo pelo Núcleo de Formação Contínua da Universidade, não havendo informação suficiente sobre a sua extensão e resultados.

5.2. PESSOAL NÃO DOCENTE

O pessoal não-docente que apoia, através dos respectivos departamentos, a licenciatura em Economia conta com 17 elementos, dos quais apenas três estão mais estreitamente ligados ao curso, por pertencerem ao Departamento de Economia. Trata-se de um grupo relativamente jovem, com boas qualificações, ao qual tem sido dada formação complementar de forma bastante contínua ao longo dos últimos cinco anos. A eficiência dos serviços prestados por este pessoal, que é empenhado, é bastante afectada pela exiguidade e condições de funcionamento dos espaços, pela falta de equipamento informático adequado e pela dispersão física dos

locais de trabalho relacionados com o curso, bem como pela qualidade da organização geral em que se integram.

6 – FINANCIAMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO

6.1. CUSTOS DE FUNCIONAMENTO. FINANCIAMENTO

Não existe no RAA informação que permita desenvolver esta secção do presente relatório.

6.2. INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO

6.2.1. INSTALAÇÕES

A Universidade de Évora ocupa um conjunto de edifícios na cidade e nos seus arredores, muitos dos quais de grande beleza e mérito arquitectónico e histórico. A licenciatura em Economia funciona em três destes. É consenso geral, resultante dos contactos com os diversos corpos da Universidade, e suportado pela observação directa, que estas instalações são insuficientes e de uma maneira geral claramente inapropriadas, tanto para aulas como para gabinetes de docentes e para serviços de apoio. A dispersão geográfica destes recursos constitui um sério entrave à eficiência, como foi já notado acima. O conforto e arejamento das instalações são inaceitáveis para o bom funcionamento de um estabelecimento universitário, quer no Inverno, quer no Verão.

6.2.2. LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Os alunos do curso utilizam normalmente, para aulas de Informática e para realizar os seus trabalhos individuais ou colectivos, 3 salas localizadas no Colégio do Espírito Santo equipadas com computadores. Este equipamento, composto por 40 computadores e 2 impressoras, nem sempre está operacional e é insuficiente em quantidade e qualidade. Na ocasião da visita da Comissão, um dos laboratórios de Informática estava encerrado. Tem havido dificuldades no acesso à Internet e na sua utilização de forma generalizada no contacto docente-aluno. Alguns dos ficheiros relativos aos alunos do Departamento não podem ser postos em rede para utilização pelos Serviços Académicos, o que redundará em transferências morosas por outros meios. O *software* disponível é o Stata e não oferece problemas e os computadores estão acessíveis 24 horas por dia. Segundo queixas do corpo discente, o funcionamento dos módulos de Informática tem sofrido devido ao excesso de alunos no confronto com o número de PCs utilizados para o ensino.

6.2.3. BIBLIOTECA

Existem na Universidade 3 bibliotecas, das quais a que interessa principalmente à Licenciatura em Economia situa-se no Colégio do Espírito Santo e tem um horário conveniente, das 9.00 às 23.00. A bibliografia nela contida é escassa tanto para fins de ensino, como de investigação, os espaços de leitura são insuficientes e o acervo não está devidamente informatizado. Verificam-se situações em que livros recomendados para determinadas cadeiras não estão disponíveis, por estarem na posse dos respectivos docentes. Em termos do esforço de investigação que o Departamento de Economia pretende desenvolver, a impressão colhida é que se torna necessário um reforço significativo dos recursos bibliográficos, nomeadamente em termos de revistas e de bases de dados electrónicas.

6.2.4. OUTRAS INFRA – ESTRUTURAS

Além de espaços para estudo na biblioteca e em salas de aula não ocupadas com actividades pedagógicas, existem ainda várias áreas destinadas ao estudo com capacidade para um total de 208 alunos no horário das 9 às 18/20 horas. Considerando que isto se destina a uma população estudantil total de cerca de 8.000 estudantes, este recurso parece bastante escasso e é incompatível com uma adequada vivência universitária. Com outras finalidades de apoio estão igualmente disponíveis 9 residências universitárias, um restaurante, 4 refeitórios, três bares, duas livrarias e 3 núcleos de reprografia. Existem para além disto instalações para várias práticas desportivas.

7 – RELAÇÕES EXTERNAS

Há uma certa sensibilidade na instituição para a importância do estabelecimento e desenvolvimento de relações com o exterior, salientando-se, no plano nacional, o por ora ainda incipiente Qualipar, um programa específico do Departamento de Economia, cujo objectivo é fomentar a realização de estágios de alunos finalistas em empresas.

No plano internacional, existem vários mecanismos de cooperação com instituições congéneres visando sobretudo o intercâmbio de estudantes e professores e a investigação conjunta. No caso desta última, como já foi notado, há uma actividade significativa do Departamento de Economia, embora circunscrita a um reduzido número de docentes, o mesmo podendo-se dizer de acções ocasionais de carácter docente em universidades estrangeiras. A mais destacada e importante destas actividades é sem dúvida o programa Sócrates para o intercâmbio de professores e estudantes no âmbito europeu. Os resultados neste domínio até à data têm sido bastante escassos. Há a registar, contudo, uma identificação, por parte dos responsáveis, dos problemas subjacentes a esta situação – montantes reduzidos das

bolsas, problemas de equivalências, orientação menos adequada dos acordos estabelecidos – e um esforço para ultrapassá-los que urge prosseguir, tanto mais que o assunto constitui também preocupação dos empregadores. Não obstante reconhecer-se no Departamento a necessidade de algumas cadeiras serem oferecidas em inglês, a fim de aumentar a mobilidade externa dos alunos (além de contribuir para uma sua maior capacidade nesta língua), não parece haver de momento perspectiva de isto acontecer por falta de receptividade dos discentes. Uma alternativa que merece ser explorada neste âmbito é a de acções conjugadas de ensino e investigação com universidades espanholas da mesma região.

8 – GESTÃO DA QUALIDADE

8.1. GESTÃO INTERNA DA QUALIDADE

Durante a visita foi possível observar uma cultura de dedicação ao trabalho, de competitividade e de envolvimento na prossecução dos objectivos do curso a nível dos seus dirigentes e professores. Graças a esta cultura tem sido possível efectuar alterações significativas e de valor para a Licenciatura, Não se pode afirmar porém que esta cultura esteja completamente generalizada, visto haver sinais de alguma tensão interna e de diferenças de pontos de vista que ainda não foram convenientemente resolvidos. A Comissão tomou nota igualmente do facto de apenas 68% dos docentes envolvidos no curso terem preenchido integralmente as fichas respectivas para efeitos de auto-avaliação.

A preocupação com a gestão interna da qualidade está presente já há alguns anos, tendo não só o curso de Economia começado a ser monitorizado sistematicamente desde meados de 2000, como esta análise se ter repercutido em termos da melhoria do mesmo (ver o elenco destes a pp. 40-41 do RAA). A existência de um lugar de Pró-Reitor com competências específicas neste campo é um sinal muito forte do empenhamento da Universidade, como um todo, que vem em reforço do que já

vinha sendo praticado de forma mais descentralizada. É digna de nota, em particular, a realização de uma considerável bateria de inquéritos respeitantes ao ano 2002/3, dirigidos a docentes, alunos, funcionários não-docentes, licenciados e empregadores. A informação recolhida por este modo é abundante, detalhada e reveladora. Indubitavelmente, poderá servir para inspirar importantes alterações no funcionamento da Licenciatura em avaliação. No entanto, fica-se com a sensação de que a qualidade da gestão em geral é muito baixa, o que se repercute muito negativamente nas possibilidades de melhoria em vários aspectos desta Licenciatura.

8.2. PROCEDIMENTOS PARA A INOVAÇÃO DO CURRÍCULO

Está previsto um mecanismo formal para se introduzirem modificações na estrutura e funcionamento da Licenciatura. Compete à Comissão de Curso fazer propostas nesse sentido, as quais depois de serem submetidos a auscultação do Conselho Científico da Área de Economia e Gestão, são enviadas para o Senado, a quem pertence o poder de decisão. Este processo em princípio é moroso e urge portanto que as revisões que de futuro se queiram efectuar tenham maior celeridade, sob pena de ficarem desactualizadas ainda antes da sua conclusão. A última reforma do curso, iniciada no ano lectivo de 2000/1 e aprovada em Janeiro de 2003, está apenas agora a ser implementada.

9 – CONCLUSÕES

A Licenciatura em Economia da Universidade de Évora encontra-se neste momento numa encruzilhada. Possui trunfos importantes, como sejam um plano de estudos coerente e de boa qualidade, e com objectivos claros e bem definidos. O corpo docente encarregado de o implementar é jovem, qualificado e pedagogicamente empenhado. A sua actividade científica começa a ser apreciável, embora haja ainda lugar para significativo melhoramento. Em contrapartida, há uma preocupante concentração de fragilidades que a prazo podem até colocar questões de sustentabilidade ao curso, o que é bastante para lamentar. Existe um sério problema a nível de coordenação e de liderança dentro da Universidade, ao mesmo tempo que as carências em termos de instalações e equipamentos são não menos graves, ainda que sejam talvez mais fáceis de remediar. A capacidade para atrair um corpo discente melhor preparado e mais numeroso precisa de ser melhorada rapidamente, mas enfrenta dificuldades de reputação acumuladas ao longo do tempo, uma distribuição geográfica dispersa quanto às origens dos estudantes e carece de uma melhor organização institucional, sobretudo a nível da gestão. A Comissão sentiu que o ambiente académico no geral é bom, a despeito de algumas fricções internas que urge ultrapassar, mas que só poderá ser conseguido com maior liderança. Tudo considerado, pensamos que esta Licenciatura merece que lhe seja dada uma oportunidade para se afirmar no contexto nacional, incluindo uma tentativa de alargar o seu impacto às regiões de Espanha que lhe estão próximas. Tal dependerá, de forma decisiva, da renovação e da eficiência que a Universidade onde se integra venha a conseguir no futuro próximo.

□ Pontos fortes

- plano de estudos actualizado, com potencial para adaptar-se ao projecto de Bolonha e com capacidade de flexibilização

- esforço para melhorar as condições pedagógicas do curso
 - corpo docente relativamente jovem e qualificado, e mostrando empenhamento
 - um grupo promissor de docentes interessados na investigação de qualidade, embora necessitando de ser alargada a um número muito maior de professores do curso
 - funcionários não-docentes capacitados e empenhados
- Pontos fracos
- corpo docente pouco qualificado e relativamente velho, um problema que, a não ser encarado rapidamente, irá colocar problemas futuros de recrutamento
 - baixo aproveitamento dos alunos em numerosas cadeiras, sobretudo as básicas, e sinais de baixa motivação
 - instalações com espaços insuficientes, dispersos e pouco funcionais, e condições ambientais (sobretudo de temperatura) inadequadas às suas funções
 - equipamentos de reduzida qualidade e quantidade a nível de biblioteca e de serviços informáticos
 - impossibilidade de coordenação eficiente entre a Licenciatura e o resto da Universidade, a nível da gestão global
 - baixo índice de internacionalização do corpo docente
 - fraca empregabilidade, a despeito de esforços para uma maior aproximação e adequação ao mercado de trabalho
 - falta de uma estratégia que incorpore a característica regional, tanto para a captação do corpo docente, como para o aproveitamento do mercado de emprego, designadamente em Espanha

10 - OBSERVAÇÕES FINAIS

1. Organização institucional - E

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas nos pontos 2.2, 8.1 e 8.2.

2. Objectivos do curso - B

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas no ponto 3.1.

3. Plano de estudos - C

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas nos pontos 3.2 e 3.3.

4. Conteúdos programáticos - B

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas no ponto 3.3.

5. Alunos (procura, sucesso escolar) - D

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas nos pontos 4.1 a 4.4.

6. Processo pedagógico e inter-relação ensino-investigação - C

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas nos pontos 3.4 e 3.5.

7. Corpo docente - C

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas no ponto 5.1.

8. Pessoal não docente - B

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas no ponto 5.2.

9. Instalações e equipamentos - D

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas no ponto 6.2.

10. Recursos financeiros

Não se propõe classificação por falta de elementos.

11. Relações externas e internacionalização - C

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas no ponto 7.

12. Ambiente académico (Apoio social) - C

Esta classificação justifica-se pela apreciação geral feita ao longo da visita da CAE.

13. Gestão da qualidade – C

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas no ponto 8.

14. Empregabilidade - C

Esta classificação justifica-se pelas considerações feitas no ponto 4.6.

Presidente da Comissão de Avaliação Externa – Economia

(Professor António Simões Lopes)

Vice-presidente da Comissão de Avaliação Externa – Economia

(Professor José António Girão)

Vice-presidente da Comissão de Avaliação Externa – Economia

(Professor Alberto de Castro)

ANEXO

**MEMBROS DA SUBCOMISSÃO 2 DA COMISSÃO DE
AVALIAÇÃO EXTERNA NA ÁREA DA ECONOMIA**



FUNDAÇÃO DAS
UNIVERSIDADES
PORTUGUESAS

CONSELHOS DE AVALIAÇÃO



ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DO ENSINO
SUPERIOR
PRIVADO

FICHA DE DADOS DOS AVALIADORES EXTERNOS

Nome: José António B. S. Girão

Categoria: Professor Catedrático

Instituição: Univ. Nova de Lisboa

Departamento: Faculdade de Economia

Áreas de Interesse:

A: Econometria

B: Políticas Macroeconómicas

C: Econ. do Desenvolvimento e das Instituições

D: Economia Europeia

Qualificações Académicas:

Engenheiro Agrónomo (ISA/UTL)

Ph. D. Em Economia (Cornell University, USA)

Destaques de Actividade:

Vice-Reitor da UNL

Consultor do Banco de Portugal

Presidente do Conselho Científico/FE/UNL

Director, Comissão Europeia



FUNDAÇÃO DAS
UNIVERSIDADES
PORTUGUESAS

CONSELHOS DE AVALIAÇÃO



ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DO ENSINO
SUPERIOR
PRIVADO

FICHA DE DADOS DOS AVALIADORES EXTERNOS

Nome: António Brandão

Categoria: Professor Catedrático

Instituição: Faculdade de Economia do Porto **Departamento:** Economia

Áreas de Interesse:

A: Economia Industrial

B: Teoria dos Jogos

C: Microeconomia

D:

Qualificações Académicas:

Agregação na Faculdade de Economia do Porto

Doutoramento pela Faculdade de Economia do Porto

Licenciado pela Faculdade de Economia do Porto

Destques de Actividade:

Coordenador do Grupo de Economia da Faculdade de Economia do Porto

Director do Mestrado em Economia da Fep desde o ano lectivo de 1995/96 até ao fim do ano de 1998

Até ao final de 1998 membro da comissão de coordenação do Programa de Doutoramento da FEP



FUNDAÇÃO DAS
UNIVERSIDADES
PORTUGUESAS

CONSELHOS DE AVALIAÇÃO



ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DO ENSINO
SUPERIOR
PRIVADO

FICHA DE DADOS DOS AVALIADORES EXTERNOS

Nome: Jaime Reis

Categoria: Investigador Coordenador

Instituição: Instituto de Ciências Sociais

Departamento:

Áreas de Interesse:

A: História Económica

Qualificações Académicas:

Doutorado, Univ. Oxford; Agregado, UNL

Até 1993 Professor Catedrático, Faculdade de Economia UNL; 1995 a 2001, Professor Catedrático, Instituto Universitário Europeu, Florença

Destaques de Actividade:

Com. Exec. Ass. Internacional Hist. Econ., 1994-2002

Conselho Redacção, Revista. Hist. Econ. (Madrid); idem European Economic History Review

Socio corresp. Academia de Ciências de Lisboa;

Presid. European Historical Economics Society, 1998-9



FUNDAÇÃO DAS
UNIVERSIDADES
PORTUGUESAS



ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DO ENSINO
SUPERIOR
PRIVADO

FICHA DE DADOS DOS AVALIADORES EXTERNOS

Nome: João Albino Matos da Silva

Categoria: Professor Catedrático

Instituição: Universidade do Algarve

Departamento: Faculdade de Economia

Áreas de Interesse:

A: Economia e Política do Turismo

B: Teoria Económica

C: História do Pensamento Económico

D: Ensino Superior e Política Científica

Qualificações Académicas:

Licenciatura em Economia, ISEG, 1975.

Mestrado em Economia, ISEG, 1986.

Doutoramento em Economia, ISEG, 1991.

Agregação em Turismo, Universidade do Algarve, 1995.

Destaques de Actividade:

Docente do Ensino Superior Universitário (1982 -)

Membro de associações/centros de investigação nacionais e internacionais.

Presidência de órgãos de gestão universitários

Membro de comissões de avaliação de cursos de Turismo